

COMO SÃO UTILIZADAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA ANÁLISE E CONCESSÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO: UM ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DA CIDADE DE CHAPECÓ-SC

Flavia Bressan de Mello¹
Simone Ruppenthal²
Mauro Juliani Junior³
Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi⁴

RESUMO

Levando em consideração a grande importância dos créditos concedidos por instituições financeiras, esta pesquisa realizada na cidade de Chapecó tem por objetivo destacar os fatores determinantes da evidência das demonstrações contábeis no auxílio às instituições financeiras na análise e concessão de crédito bancário. Com relação aos procedimentos metodológicos o método utilizado será o indutivo, o nível de pesquisa descritiva, o delineamento será um estudo de caso em instituições financeiras na cidade de Chapecó, o instrumento e coleta de dados será uma entrevista e dois questionários aplicados a instituições financeiras, a análise de dados é qualitativa. Pode-se constatar com a pesquisa realizada que muitos métodos contábeis são analisados rigorosamente para que um crédito possa ser concedido de maneira segura para a instituição financeira e a importância de se ter demonstrações completas e com informações atualizadas é muito grande e faz toda a diferença para o mercado de concessão de crédito.

Palavras-chave: Crédito Bancário. Demonstrações Contábeis. Instituição Financeira

1 INTRODUÇÃO

Mishkin (2000) apresenta que o sistema financeiro nacional é formado por instituições que regulamentam e promovem o desenvolvimento econômico e financeiro do país. Por meio das instituições financeiras, as pessoas jurídicas e as pessoas físicas buscam recursos para suprir suas necessidades, que podem ser pessoais ou empresariais.

Ainda de acordo com os ideais de Mishkin (2000), destaca-se que, o sistema é formado por instituições que possuem finalidades específicas e seu objetivo é atender as necessidades do mercado de crédito e prestação de serviços, suas funções são divididas em

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Uceff faculdades. E-mail: flavimello15@gmail.com.

² Orientadora do Curso de Ciências Contábeis da Uceff faculdades. E-mail: ruppenthal1014@gmail.com.

³ Docente da UCEFF. E-mail: mauro@uceff.edu.br.

⁴ Orientadora do Curso de Ciências Contábeis da UCEFF. E-mail: citania@uceff.edu.br

compensação de cheques e outros papéis, investimentos empresariais e rurais, habitação, financiamentos e empréstimos para capital de giro e demais necessidades de crédito.

No tocante a isso, Rech (1995) disserta que as cooperativas de crédito têm por finalidade e missão desenvolver a região onde atuam, visam o fortalecimento do seu quadro social que é geralmente composto por pessoas físicas ou jurídicas com o mesmo objetivo social. Através dos agentes de desenvolvimento e crédito, atuam na comunidade, captam recursos e apresentam propostas de geração de renda voltadas ao desenvolvimento local. São regulamentadas pelo Banco Central por serem equiparadas às instituições financeiras.

Para Iudícibus et. al. (2010), o crédito é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, é mais do que conceder empréstimos medindo a capacidade de solvência do tomador, se distribuído corretamente e se destinar à atividade produtiva contribuirá para fortalecer as empresas e as pessoas físicas.

A respeito da concessão de crédito para as pessoas físicas e jurídicas, Iudícibus et. al. (2010) descreve que isso envolve vários fatores que vão desde análises do quadro funcional das instituições, das atividades e capacidade de pagamento do tomador até o conhecimento do conjunto de riscos que fazem parte dessas transações.

Um fato a destacar é que de acordo com os autores consultados nesta pesquisa, os riscos de inadimplência estão sempre associados à concessão do crédito, podem ser internos, ocasionados pela falta de controles eficazes que sirvam de base para a liberação de empréstimo com segurança e garantam o retorno dos ativos liberados, podem ainda ser econômicos, onde os tomadores enfrentam crises financeiras e conseqüentemente encontram dificuldades em cumprir com suas obrigações.

Concomitantemente a isso, Ribeiro (2008) destaca que alguns métodos de cobrança são indispensáveis e cada instituição estabelece qual a melhor forma, mas para que haja eficiência no gerenciamento do crédito, todo o conjunto que vai desde a liberação até o retorno do recurso deve ser tratado com seriedade e competência. A contabilidade caracteriza-se conforme aborda Iudícibus et. al. (2010), como sendo uma ferramenta indispensável, não só, como meio de gerar informações e dados, mas para que sejam analisados pelos seus associados, instituições financeiras, indústrias, órgãos não governamentais e governamentais, mas principalmente, para que os dados levantados sejam de valia, e que sirvam de auxílio na tomada de decisão de seus gestores.

Conforme o mesmo autor, a contabilidade caracteriza-se também como instrumento nas funções de controle e planejamento, sendo projetada para fornecer dados auxiliares de maneira sistemática e oportuna, facilitando a avaliação e análise dos planos.

A pesquisa busca no decorrer deste artigo, responder ao seguinte questionamento: **quais são os fatores determinantes da evidenciação das demonstrações contábeis utilizadas pelas instituições financeiras na análise e concessão de crédito bancário?** Esta pesquisa objetiva destacar através de um estudo de caso na cidade de Chapecó, cidade localizada na região oeste de Santa Catarina, os fatores determinantes da evidenciação das demonstrações contábeis no auxílio às instituições financeiras na análise e concessão de crédito bancário.

O estudo justifica-se pela necessidade de compreender como é feita a análise de concessão de crédito e como as demonstrações contábeis auxiliam nesse processo, já que o crédito para pessoas jurídicas são de grande importância para a economia brasileira. O que leva a pesquisadora a buscar entender este processo já que enquanto acadêmica do curso de ciências contábeis e atuando no mercado de trabalho na área de concessão de crédito, pode contribuir para uma melhor orientação deste tema. Bem como pode auxiliar e fomentar novos estudos que abordem outras temáticas envolto deste assunto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão de literatura serve de suporte e fonte para buscar informações referentes ao tema escolhido, além disso, proporciona maior conhecimento e compreensão em vários assuntos que fazem parte dessa pesquisa, pois possibilitou conhecer os vários autores sobre assuntos em comum e permitiu perceber os vários posicionamentos a respeito dos temas tratados.

2.1 ANÁLISE NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis compreendem o registro das informações de todos os dados econômicos e financeiros coletados pela contabilidade, de acordo com seus controles e escriturações, a fim de apresentar para seus usuários, de forma ordenada e resumida, a situação patrimonial da entidade. Segundo Ribeiro (2008, p. 37):

Demonstrações financeiras ou demonstrações contábeis são relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela entidade, com finalidade de apresentar, aos diversos usuários, informações principalmente de natureza patrimonial, econômica e financeira, relativas à gestão do patrimônio ocorrida durante um exercício social.

O conjunto de informações geradas e registradas pelas demonstrações contábeis deve ser divulgado anualmente pela administração da empresa, demonstrando sua prestação de contas para os sócios e acionistas, juntamente com os relatórios da administração e as notas explicativas. Segundo Silva (2010, p. 38):

As principais normas brasileiras que disciplinam a publicação de Demonstrações Contábeis são: Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades Anônimas; Lei nº 10.406/02 – Novo Código Civil. A Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a edição da Lei nº 11.638/07 e da medida provisória nº 449/08, posteriormente transformada na Lei 11.941/09, sofreu profundas modificações nos artigos que dispõem quando a forma de contabilização e evidenciação dos fatos contábeis das sociedades anônimas e das sociedades de grande porte, e na estrutura das demonstrações contábeis, fazendo-as convergir para os padrões internacionais de contabilidade.

Xavier (2006) disserta que a divulgação das demonstrações contábeis tem por objetivo, proporcionar aos usuários um mínimo de informações relativas à entidade, no que diz respeito à natureza patrimonial, econômica, financeira e social que lhes permite a análise da situação da entidade. Ponte e Oliveira (2004) acrescentam que os relatórios contábeis podem ser divididos em obrigatórios, instituídos legalmente para as empresas S/A, adotada pelas demais sociedades; e os relatórios contábeis não obrigatórios, entretanto de grande valor para a gestão.

A lei das sociedades por ações nº 6.404/76 estabeleceu que, ao fim de cada período social, a diretoria deverá elaborar e publicar, com base nos registros e escriturações contábeis, as demonstrações financeiras a seguir:

- ✓ Balanço patrimonial (BP).
- ✓ Demonstração do resultado do exercício (DRE).
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
- ✓ Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

A Lei nº 11.638/07, em seu artigo 3º, estendeu às sociedades de grande porte que não são constituídas por ações, a obrigatoriedade e a mesma conduta de escrituração contábil e elaboração dos demonstrativos financeiros proposto na Lei das Sociedades Anônimas, além, de uma auditoria independente, que deve ser realizada por um profissional legalmente registrado na comissão de valores mobiliários.

A Lei das Sociedades Anônimas também impõe, para uma empresa ser enquadrada como de grande porte, deve ter ou apresentar no exercício anterior, ativo total acima de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), ou ainda apresentar uma receita bruta superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Nota-se que as demonstrações financeiras (contábeis) são de extrema importância, pois é a partir delas que se chega a informações referentes quanto à situação patrimonial, econômica e financeira da entidade. Bem como, fazer análises e projeções com os dados contidos nos demonstrativos. Desta forma, “[...] percebe-se o quanto é necessário que as informações levantadas sejam seguras e demonstrem a realidade”. (SANTOS, 2009, p. 14).

2.1.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial (BP) é a principal das demonstrações contábeis, “[...] pois evidencia qualitativa e quantitativamente a posição financeira e patrimonial da entidade”. (XAVIER, 2006, s/p). Portanto, é uma ferramenta importante e indispensável para todas as empresas independente do seu ramo de atividade e forma de tributação.

Para Iudícibus et. al. (2010, p. 2) “o balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática.” De acordo com Ponte e Oliveira (2004), mesmo que estática, demonstra o equilíbrio entre as contas que representam os elementos que compõem a riqueza patrimonial. O balanço patrimonial é constituído pelo Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

O débito é a expressão do efeito de um acontecimento ou conjunto de fatos e significa a aplicação de valor, ou seja, onde se investe ou se gasta. O crédito é a expressão da origem ou causa que serviu de base para que se pudesse investir ou gastar. No balanço patrimonial o ativo (débito, por ser efeito) e o passivo (crédito, por ser causa) se equilibram, são iguais, possuindo o mesmo valor porque a causa(recurso) é igual ao efeito(aplicação). (SÁ, 2008, p. 38)

O ativo compreende todos os bens, direitos e aplicações de recursos da entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Para Iudícibus (2010), o ativo da empresa são todos os bens e direitos de propriedade e controle da empresa que são avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa. **Bens:** Máquinas, estoques, terrenos, dinheiro (moeda), veículos, instalações etc. **Direitos:** contas a receber, duplicatas a receber, títulos a receber, ações etc.

Para ser um ativo é necessário que qualquer item preencha quatro requisitos simultaneamente: a) constituir bem ou direito para a empresa; b) ser de propriedade, posse ou controle de longo prazo da empresa; c) ser mensurável monetariamente; d) trazer benefícios presentes ou futuros. (IUDÍCIBUS, 2010, p. 29).

O ativo é dividido em dois grandes grupos, Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, que classificam os bens e direitos em ordem decrescente de liquidez. “O grau de liquidez é o prazo para que o evento, ou registros contidos nas contas que compõe o ativo, vão ser transformados em dinheiro”. (SANTOS, 2009, p. 52).

Em contrapartida, passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações com terceiros, resultante de eventos, que necessitarão de ativos para sua liquidação. Iudícibus (2010), comenta que o passivo agrupa contas de acordo com o seu vencimento, ou seja, aquelas contas que serão liquidadas mais rapidamente.

O passivo subdivide-se em dois grandes grupos, o Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, além destes grupos, consta no lado direito da demonstração o Patrimônio Líquido. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26, relata que:

[...] um passivo deve ser classificado como circulante quando atender a qualquer dos seguintes critérios: a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Já o passivo Não Circulante, são as dívidas da empresa que serão liquidadas com prazo superior a um ano, como exemplos citam-se, financiamentos, títulos a pagar etc. O patrimônio líquido representa o capital próprio, ou seja, o investimento dos sócios. Segundo Ribeiro (2008) no patrimônio líquido as contas que o representam são: Capital Social, Reservas de capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria, Resultados Acumulados.

2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do resultado do exercício (DRE) é um relatório ordenado de forma capaz de registrar a composição do resultado formado em um determinado período pelas operações da entidade em relação às vendas, custos e despesas. Segundo Ribeiro (2010, p. 79), “a DRE é uma demonstração contábil que evidencia o resultado econômico, isto é, o

lucro ou prejuízo apurado pela empresa no desenvolvimento de suas atividades durante um determinado período.”

Por demonstrar e comparar as receitas e despesas incorridas em determinado período, de forma dedutiva começando pela receita, facilita o entendimento de seus usuários, desta forma, “[...] apura o resultado econômico, assim, nota-se a importância desta demonstração no auxílio à tomada de decisões”. (XAVIER, 2006, s/p).

Para Marion, (2006, p. 198), “esta é a principal demonstração de fluxos, compara receitas com despesas do período é a expressão máxima, juntamente com o balanço patrimonial por evidenciar a movimentação contábil”. A DRE tem como principal objetivo, apurar e fazer o cálculo do lucro ou prejuízo de um exercício, obedecendo sempre o princípio da competência, demonstrando o fluxo econômico e não o financeiro.

Neste contexto, nota-se que o demonstrativo de resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentado de forma dedutiva, onde, as receitas subtraem as despesas. “O resultado obtido é o lucro ou prejuízo do período”. (PONTE; OLIVEIRA, 2004, p. 29).

Desta forma, observa-se que a demonstração do resultado do exercício (DRE), por ser a principal demonstração dos fluxos de determinado período, torna-se juntamente com o balanço patrimonial a expressão máxima da evidenciação contábil, pois tratam da aplicação criteriosa quanto aos procedimentos de escrituração. É responsável pela apresentação dos valores apurados decorrentes de todas as receitas de um determinado período, menos as deduções, “custo e despesas que fazem parte das atividades operacionais da empresa”. (SANTOS, 2009, p.55).

2.1.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A DMPL, busca evidenciar não somente uma conta do patrimônio líquido, como na demonstração de lucros e prejuízos acumulados – DLPA, mas também, analisa a movimentação de todas as contas do Patrimônio Líquido. Segundo Iudícibus et. al. (2010, p. 556):

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é de muita utilidade, pois fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício.

Para Ponte e Oliveira (2004), as empresas estão convencionalmente elaborando, a DMPL em colunas. Destinando, uma coluna para cada conta do Patrimônio Líquido: a primeira coluna é reservada para a descrição da natureza das transações que provocaram as mutações, e na última são feitos os totais.

Segundo o CPC 26, que trata dos requisitos gerais, estruturas e diretrizes e conteúdo mínimo das demonstrações contábeis, explana o seguinte, a entidade deve apresentar na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Nota-se então, que a DMPL evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido que ocorreram durante o exercício. Ou seja, demonstra os acréscimos e diminuições do PL, bem como evidencia a formação, destinação, utilização das reservas. “É de suma importância, para as empresas que movimentam com maior frequência seu patrimônio líquido”. (SANTOS, 2009, p. 56).

2.1.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

Objetivo da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, monetários, ocorridos durante determinado período, auxiliando, os usuários, na análise da capacidade da entidade em gerar caixa, bem como suas necessidades para utilizar os recursos financeiros.

Para Xavier (2006) consiste em representar de forma ordenada e resumida, as movimentações das disponibilidades de um dado período de tempo, dividindo os fluxos de entrada e saída de caixa, em três grupos: atividades operacionais, atividades de investimentos e atividades de financiamento. Conforme Marion (2009, p. 445), “de forma condensada, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período, e ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro.”

Desta forma, Ponte e Oliveira (2004) apresentam que a demonstração de fluxo de caixa é a previsão de entradas e saídas de recursos econômicos, financeiros e monetários, por um determinado período de tempo. Essa previsão é realizada com base nos valores apurados nos levantamentos econômicos atuais da empresa, levando, porém, em consideração ao levantamento das informações apuradas nessa mesma previsão. Conforme a Lei 11.638/07, todas as empresas constituídas na forma de sociedades anônimas, companhias de capital

aberto, são obrigadas a publicar a demonstração de fluxo de caixa, exceto as que tiverem patrimônio líquido inferior a R\$ 2 milhões.

De acordo com Marion (2009, p. 452), a DFC pode ser elaborada de duas formas distintas:

a) De posse dos registros da “conta caixa” (ou livro caixa), ordenando as operações de acordo com sua natureza e condensando-as, poderíamos extrair todos os dados necessários; b) de posse das demonstrações financeiras, uma vez que nem sempre temos acesso a ficha (ou livro) da “conta caixa”, lançaremos mão de uma técnica bastante prática, propiciando, assim, a elaboração da demonstração dos fluxo de caixa para empresas diversas.

Ainda segundo Marion (2009), as principais transações que aumentam o caixa são: Integralização do Capital, Empréstimos bancários e financiamentos, venda de itens do ativo não circulante, vendas à vista e duplicatas a receber, outros juros. E as principais que diminuem o caixa são: Pagamento de dividendos aos acionistas, pagamento de juros e amortização da dívida, aquisição do item do ativo imobilizado, investimento e intangível, compras à vista e pagamentos de fornecedores, pagamentos de despesas/custo.

2.2 FATORES PARA ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO

Outros fatores importantes devem ser observados em relação à análise de crédito, além da escolha do modelo a ser utilizado para decisão de concessão de crédito.

2.2.1 Limites de crédito

Conforme Silva (2010, p.119), a decisão de crédito pode ser restrita à análise de uma necessidade específica de um cliente, fixando-se limites de prazo para cada item da cesta de produtos. Esta sistemática exige uma análise mais completa, mas possibilita uma decisão mais ágil, não havendo necessidade de análise a cada nova proposta, desde que esteja dentro dos limites já estabelecidos.

De acordo com Xavier (2006), em outro sistema, a proposta de financiamento de cada item é analisada separadamente e a decisão emitida pelo setor competente e individualizada a cada nova proposta.

Seguindo os ensinamentos de Silva (2010, p.120), nos casos de limites de crédito para pessoa jurídica, a proposta pode ser aprovada para uma empresa ou para um grupo de

empresas, para um ou para todos os produtos da cesta, dependendo ou não de garantias adicionais. “Normalmente é fixado um limite quando o valor se destina a capital de giro em longo prazo, onde ocorre análise do projeto de investimento”. (PONTE; OLIVEIRA, p. 62).

Para pequenos negócios, os sistemas de crédito scoring e rating podem ser utilizados como facilitadores da fixação dos limites de crédito. Durante muito tempo, a análise de crédito vem prestando excelente contribuição às decisões de negócios bancários, porém muitas das análises de crédito carregam um vício terrível, uma vez que se baseia no resultado da empresa e esquece o processo. A globalização da economia vem mudando os processos e uma visão de mais longo prazo exige uma perfeita compreensão desses processos (SILVA, 2010, p.120).

A análise de crédito diante do exposto é bastante complexa e muito importante, deve ser levada a sério pois para que uma empresa ou até mesmo para que uma pessoa possa ter o direito do crédito ela deve seguir algumas regras e se encaixar nas condições impostas, para segurança de quem concede e de quem solicita o crédito.

2.2.2 C's do crédito

No processo de conceder ou recusar crédito à pessoa física envolvem-se decisões individuais do analista, bem como experiências adquiridas por este em sua carreira. “A tarefa deste profissional nada mais é que determinar se a empresa irá ou não assumir os riscos de um pagamento futuro por determinado cliente”. (XAVIER, 2006, s/p).

Conforme Schrickel (1994, p.34-35), a terminologia de análise de crédito está definida em quatro conceitos primários básicos (4 “C”), que são: Caráter, Capacidade, Capital, Colateral e Condições.

Segundo Ponte e Oliveira (2004), as informações devem ser buscadas além da ficha cadastral do cliente, incluindo outros credores, para se ter maior certeza na concessão do crédito, levando-se em conta o ambiente social do conjunto de pessoas no qual o mesmo está inserido.

Segundo Schrickel (1994, p.37), é avaliar as respostas quanto a idade, grau de instrução ou formação, experiência profissional e como foi construída, desempenho como profissional, setor de atividade exercido, constituição familiar, nível profissional em relação a outros colegas de profissão e grau de risco de vida do cliente.

Pelo ensinamento de Schrickel (1994, p.39), normalmente a pessoa física tem no seu contracheque a sua real comprovação de renda e os financiamentos pouco são respaldados pelo seu patrimônio capital imobiliário. O risco é proporcional às condições de

vulnerabilidade da economia como um todo e as condições de crédito são facilitadas “[...] à medida que a estabilidade econômica se mantém em patamares aceitáveis para ambas as partes”. (SANTOS, 2009, p. 42).

Estas informações revelam a importância do acompanhamento do cliente no momento que a venda é realizada, onde se verifica o seu potencial de crédito até a decisão final, com base segura nos dados obtidos, sempre observando que a decisão deve se fundamentar na análise do conjunto de todos os “Cs”. “Uma decisão baseada sobre apenas um dos “C”, muito provavelmente gerará um problema causado por um dos outros “C” não ponderados. Via de regra é assim que emergem os problemas: do ponto de vista que não se viu, ou não se considerou” (SCHRICKEL, 1994, p.41).

Como vimos, todas as informações em relação ao futuro tomador de crédito são importantes quando a proposta é analisada e uma falha na operação poderá comprometer no futuro o cumprimento do contrato.

2.3 ANÁLISE DE CRÉDITO

Xavier (2006) descreve que a análise para concessão de crédito a um determinado cliente significa identificar a capacidade de pagamento que este cliente possui para merecer o crédito que está solicitando. Conforme Blatt (2000), analisar um crédito significa avaliar os riscos envolvidos em um negócio e a capacidade do cliente liquidar a dívida nas condições contratadas. Os dados elementares para avaliar um risco de curto prazo são:

- ✓ Ficha cadastral do beneficiário, com informações garantidoras da operação;
- ✓ Análise econômico-financeira dos demonstrativos contábeis do proponente;
- ✓ Tradição do cliente em operações passadas.

Segundo Blatt (2000), ao se analisar uma operação de crédito deve-se levar em consideração três elementos fundamentais: Segurança, liquidez e Rentabilidade. Além disso, o balanço patrimonial de uma empresa pode ser afetado quando a sua política de crédito não tem boa consistência.

Ponte e Oliveira (2004) descrevem em sua pesquisa que o desempenho operacional depende diretamente de liquidez, fluxo de caixa satisfatório e margem de lucro compatível com os investimentos e qualquer impacto negativo em qualquer um destes ativos compromete os resultados.

Ainda conforme Blatt (2000), Em uma análise de crédito é muito importante analisar internamente e identificar a situação financeira de um credor, abordando a relação entre fluxo de caixa e os recebimentos de dívidas, índice de inadimplência e capacidade financeira para estoques, sem depender de custos elevados, a fim de maximizar lucros.

O financiamento externo do crédito também pode ser analisado por um credor, mas o rigor da análise deve ser no sentido de identificar as vantagens que entre buscar empréstimo para aplicação na carteira de crédito. Para Santos (2009) muitas empresas não vendem o produto, mas vendem crédito, aplicando seus próprios saldos ou buscando recursos em instituições financeiras e emprestando a juros compensatórios, nestes casos as garantias devem ser mais severamente avaliadas.

A análise de crédito pode ser utilizada para avaliar os ganhos esperados (receitas) de vendas a crédito. “O processo também precisa projetar os riscos (custos e perdas) estimados dessas vendas a crédito” (BLATT, 2000, p. 52).

Neste caso, como em outros, o analista de crédito desempenha papel de elevada importância, pois está em jogo o futuro da empresa. A decisão de crédito envolvendo esta sistemática precisa estar muito bem atrelada aos objetivos da empresa.

2.4 DEFINIÇÃO DE BANCOS

De acordo com Mishkin (2000), O objetivo dos bancos é de maximizar seus lucros e obter rendimentos altos sobre empréstimos e títulos, e com baixo risco logo os bancos fazem da administração de seus ativos podendo, então: procurar tomadores de empréstimos dispostos a pagar elevadas taxas de juros e que tenham pouca probabilidade de não cumprirem com suas obrigações; diversificar a carteira de ativos objetivando diminuir os riscos envolvidos, ou ainda, administrar as reservas o suficiente para que não incorra em elevados custos.

De acordo com Xavier (2006), o banco é um dos maiores intermediadores financeiro, conseqüentemente é necessário entender o funcionamento desses, ao analisar o comportamento e a administração de fontes de recursos e aplicações. Nesta conjuntura bancarizada, tem-se o passivo que é o conjunto de obrigações adquiridas, dos quais fazem parte: produtos de captação, depósitos avista, depósitos a prazo, caderneta de poupança, empréstimos do Banco Central, empréstimos captados no mercado interbancário e patrimônio líquido.

Segundo Mishkin (2000), a utilização dos ativos, realizadas pelos bancos, consiste em converter um ativo do depositante para si ao conceder um empréstimo com o capital de terceiros. Isto possibilita aos bancos oferecerem recursos de longo prazo financiados com depósitos de curto prazo. “A boa lucratividade bancária depende por sua vez da transformação dos ativos e da qualidade, bem como os baixos custos dos serviços prestados”. (PONTE; OLIVEIRA, 2004, p. 29).

2.5 DEFINIÇÃO DE COOPERATIVA

A palavra Cooperativa conforme Young (2005), deriva do latim *cooperativus - de cooperari* (cooperar, colaborar, trabalho com outros) e tem como objetivo uma melhor organização, produção e trabalho mútuo.

Em contraposição ao sistema capitalista que visava o lucro, “[...] as cooperativas surgiram para dar origem a uma sociedade mais justa e mais igualitária”. (XAVIER, 2006, s/p). As cooperativas são entidades democráticas em que o capital de cada sócio não interfere na sua participação como associado, tendo o mesmo valor e os mesmos direitos que os demais. Rech (1995, p.26) resume cooperativa como “[...] uma sociedade de pessoas que têm o objetivo de se dedicar a atividades econômicas, seja de produção, seja de consumo, de trabalho...” Para alcançar o objetivo de satisfazer a todos em igual, as cooperativas não perseguem o lucro, sendo as sobras repartidas conforme sua movimentação durante o ano.

Atualmente as rápidas e profundas mudanças competitivas que estão ocorrendo acabam influenciando na quantidade e na qualidade do que se produz. Para Ponte e Oliveira (2004), esse processo influencia diretamente nas decisões tanto das cooperativas como nas empresas, pois está associada ao crescimento e a melhor qualidade de vida em geral.

Já Young (2005, p. 20) propõe que: “[...] cooperativa é a sociedade de pessoas, de cunho econômico e social, sem fins lucrativos, criada e mantida rigidamente de acordo com os princípios que lhe são próprios para prestar serviços aos sócios”. Deste modo, as cooperativas vêm em busca de um novo sistema através da ajuda mutua para o bem comum.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se, pelos seus objetivos como uma pesquisa descritiva. Para Gil (1991) as pesquisas de cunho descritivo têm como objetivo principal a descrição das

características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. As pesquisas descritivas, são juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

Quanto ao delineamento da pesquisa, trata-se de um estudo de caso “[...] caracteriza-se como uma metodologia de estudo que se volta à coleta de informações sobre um ou vários casos particularizados [...]” (BARROS; LEHFELD, 1990, p.84).

Sua abordagem, trata de uma pesquisa qualitativa pois “[...] geralmente, essas atividades servem para primeiro descobrir quais são as perguntas mais importantes, e depois para aprimorá-las e respondê-las é um processo mais circular no qual a sequência nem sempre é a mesma, ela varia de acordo com cada estudo específico.” (HERNÁNDEZ, 2013, p.33).

As pesquisas de cunho qualitativo não se utilizam de dados numéricos no processo de interpretação dos dados, não exigem elementos claramente definidos, “[...] as pesquisas qualitativas se baseiam mais em uma lógica e em um processo indutivo (explorar e descrever, e depois gerar expectativas.” (HERNÁNDEZ, 2013, p.33).

Estudos com abordagem qualitativa são mais maleáveis do que as quantitativas, pois analisam o fenômeno de estudo mais detalhadamente, conseqüentemente atendendo assim um público mais reduzido, oriundo de observações interpretativas do comportamento principalmente humano (HERNÁNDEZ, 2013).

Para coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. A entrevista será realizada com os um funcionário de um banco escolhido previamente e uma cooperativa escolhida previamente, os questionários serão respondidos por gerentes e analistas de crédito de instituições da cidade de Chapecó-SC, ficando definido uma entrevista e dois questionários para a coleta de dados, lembrando que os questionários aplicados possuem as mesmas perguntas.

Entende por entrevistas como uma técnica que permite a aproximação entre o entrevistador e o sujeito da pesquisa “[...] a Entrevista, que visa obter respostas válidas e informações pertinentes, é uma arte verdadeira, que se aprimora com o tempo, exige habilidades e sensibilidade” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p.201).

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste momento serão analisados e interpretados os dados obtidos através da pesquisa realizada. Inicialmente, apresentaremos as entrevistas realizadas com os gerentes de

Relacionamentos Pessoa Jurídica das organizações financeiras pesquisadas, posteriormente, apresentaremos as respostas obtidas através do questionário online e a interpretação das respostas.

4.1 ENTREVISTAS COM OS GERENTES RELACIONAMENTO PESSOA JURÍDICA DAS ORGANIZAÇÕES FINANCEIRAS

O Quadro 1 apresenta as perguntas realizadas durante as entrevistas com os gerentes de relacionamento das organizações financeiras alvo desta pesquisa, após a apresentação das perguntas, realizaremos um diálogo com as respostas dos entrevistados nesta etapa da pesquisa.

Quadro 1 – Perguntas realizadas aos entrevistados

1-Nome (não é obrigatório):
2-Instituição em que trabalha (não é obrigatório):
3-Qual o seu cargo/função na empresa?
4-Quanto tempo está nesta função?
5-Qual sua formação?
6-Qual é o foco do atendimento da instituição para pessoa jurídica?
7-Qual a modalidade de crédito que a empresa trabalha?
8-Quais informações são solicitadas do cliente para saber se ele é ou não elegível ao crédito?
9-Considerando o porte das empresas tomadoras de crédito o critério de análise levando em consideração o patrimônio é a mesma?
10-Quais os indicadores (liquidez, grau de endividamento, ROI, ROE, margem de lucro, giro do ativo) são levados em conta na hora de conceder o crédito?
11-Qual é o grau de risco que a instituição considera possível liberar crédito, para um credor que já tenha demonstrado fragilidade financeira?
12-As demonstrações contábeis têm um papel importante para análise de concessão do crédito?
13-Quais demonstrações são utilizadas para esta análise?
14-Qual é a política de taxas de juros em relação a análise de crédito?
15-O que considera mais relevante na análise e liberação de crédito?
16-Além de informações no papel a instituição utiliza outros métodos para fazer a análise como uma visita a empresa analisada?

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

4.1.1 Respostas das entrevistas

Os gerentes de relacionamento de pessoas jurídicas das organizações financeiras que responderam aos questionamentos apresentados no Quadro 01, destacaram a partir da quarta pergunta sobre o tempo em que os mesmos atuam nesta função e as respostas demonstram que

o gerente que atua no banco está atuando no cargo há dez meses, em contrapartida, o gerente que atua na cooperativa de crédito, está no cargo há 14 anos.

A respeito da pergunta sobre a formação dos gerentes, as respostas foram as seguintes: o gerente do banco informou que é acadêmico do curso de Administração e a gerente da cooperativa, possui graduação em Economia com especialização na área financeira. A respeito disso é importante destacar uma diferença significativa na formação de ambos gerentes, como também, no tempo de atuação no cargo que ocupam, visto que o tempo de atuação demonstra apenas experiência na função e não desqualifica a atuação deste ou daquele profissional.

Acerca do questionamento sobre qual seria o foco do atendimento da instituição para pessoa jurídica realizado na sexta pergunta, os entrevistados responderam o seguinte: o gerente do banco respondeu que a instituição que ele representa, possui diversos níveis de atendimentos para pessoa jurídica e que esses níveis são definidos de acordo com o porte/faturamento de cada empresa. Destaca ainda que as empresas atendidas são de menores níveis como MEI até empresas de capital aberto de grande porte. A respeito do mesmo questionamento, a gerente da cooperativa de crédito respondeu que o foco do atendimento da instituição para pessoa jurídica na instituição a qual a mesma representa, realiza o atendimento são as empresas de médio e grande porte. A respeito do exposto pelos gerentes é possível verificar um predomínio no atendimento pelas empresas com maior faturamento pela cooperativa de crédito em detrimento ao banco, objeto deste estudo.

A pergunta sobre a modalidade de crédito que a instituição trabalha, o gerente do banco respondeu de forma clara que o banco que ele trabalha possui diversas modalidades de crédito, tais como: Capital de giro com garantia Aval ou de recebíveis, CDC veículos, CDC máquinas, BNDES⁵ e também Consórcio.

A gerente da cooperativa de crédito respondeu nesta pergunta que devido ao atendimento ser voltado as empresas com maior faturamento, essas empresas demandam um outro tipo de crédito, como por exemplo: capital de giro, investimentos, crédito com garantia de imóvel, BNDES, Pronampe, Limite de desconto de recebíveis.

É possível perceber que ambas as instituições atendem uma variedade de modalidades de crédito, contudo, pelas respostas obtidas, pode-se perceber que o banco possui uma variedade ainda maior quando comparado as modalidades de crédito em relação à cooperativa

⁵ Capital de giro, maquinas e equipamentos.

de crédito. Na pergunta sobre as informações são solicitadas do cliente para saber se ele é ou não elegível ao crédito, o gerente do banco estudado, respondeu que na abertura da conta corrente do cliente, o sistema faz uma análise do cliente, utilizando 72 variáveis e a partir disso, é gerado um score ao cliente. De acordo com score do cliente, juntamente com o faturamento pessoal e o faturamento da empresa e dos sócios, é realizada a liberação de valores coerentes com a realidade de cada cliente.

A respeito do mesmo questionamento, a gerente da cooperativa de crédito respondeu que na cooperativa na qual a mesma atua, sobre as informações solicitadas para saber se o mesmo é ou não elegível ao crédito a mesma respondeu que são analisados os últimos três anos de balanço, balancete atualizado, e 24 meses de faturamento. Além disso, a gerente destacou que as declarações de imposto de renda da pessoa física responsável (gestor, diretor ou sócio) comprovações de bens são informações que compõem as exigências pela cooperativa para verificar se o cliente é ou não elegível ao crédito.

Sobre o critério de análise de crédito levando em consideração o porte da empresa e o patrimônio da mesma, o gerente do banco respondeu que dentre os vários elementos analisados em conjunto com o patrimônio, podemos dizer que o patrimônio é um critério muito visualizado em todos os portes de empresas tomadoras de crédito. A gerente da cooperativa de crédito respondeu que todo crédito é analisado para a verificação da capacidade de pagamento, como também, é analisado o modo da empresa fazer dinheiro e desta forma, quanto maior for a capacidade de geração de renda, maior será o valor disponível para a mesma.

A gerente da cooperativa optou por responder até a pergunta citada acima, por este motivo, a seguir, serão expostas somente as respostas do gerente de relacionamento do banco estudado. E no tocante ao questionamento sobre quais os indicadores (liquidez, grau de endividamento, ROI, ROE, margem de lucro, giro do ativo) são levados em conta na hora de conceder o crédito, o gerente respondeu de forma breve que o banco utiliza o DRE, Balanço, fluxo de caixa, balancete, EBITDA e faturamento.

O gerente de relacionamento do banco, objeto deste estudo respondeu ainda sobre qual seria o grau de risco que a instituição considera possível liberar crédito, para um credor que já tenha demonstrado fragilidade financeira, o mesmo respondeu que em um grau de 1 a 10, significa que o cliente com 10 possui zero de risco e com grau 1 o risco é considerando alto. Diante disso, o crédito é liberado para os graus 7,8,9,10.

A respeito do papel das demonstrações contábeis para análise de concessão do crédito, o gerente respondeu que as demonstrações contábeis desempenham um importante papel na concessão de crédito, pois de acordo com o mesmo, é analisado de forma decorrente no momento de análise e concessão de crédito, às demonstrações contábeis e financeiras dos clientes do banco. As demonstrações são utilizadas para esta análise segundo o gerente são: balanço e DRE, fluxo de caixa, balancete.

A política de taxas de juros em relação a análise de crédito, o gerente respondeu que neste caso o score é fundamental, pois quanto maior o score e classificação do cliente, menor a taxa de juros. Outro ponto importante a destacar é a respeito do que se considera mais relevante na análise e liberação de crédito do banco, o gerente respondeu que os restritivos da empresa e sócios, faturamento, EBITDA, patrimônio e finalidade do crédito são fundamentais para a análise e concessão do crédito.

Por último e não menos importante, além de informações no papel a instituição utiliza outros métodos para fazer a análise como uma visita a empresa analisada, o gerente do banco analisado respondeu que toda empresa que possui conta corrente é obrigatória a realização de visita para conhecer a empresa. Em caso de liberação de crédito é feita outra análise e visita para identificação da situação atual da empresa.

4.2 QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS

A seguir serão apresentados os dados obtidos através de um questionário aplicado para gestores de pessoa jurídica e analistas de crédito de várias instituições financeiras ao todo foram registradas 23 respostas que renderam nas seguintes análises.

4.2.1 Análise do Questionário

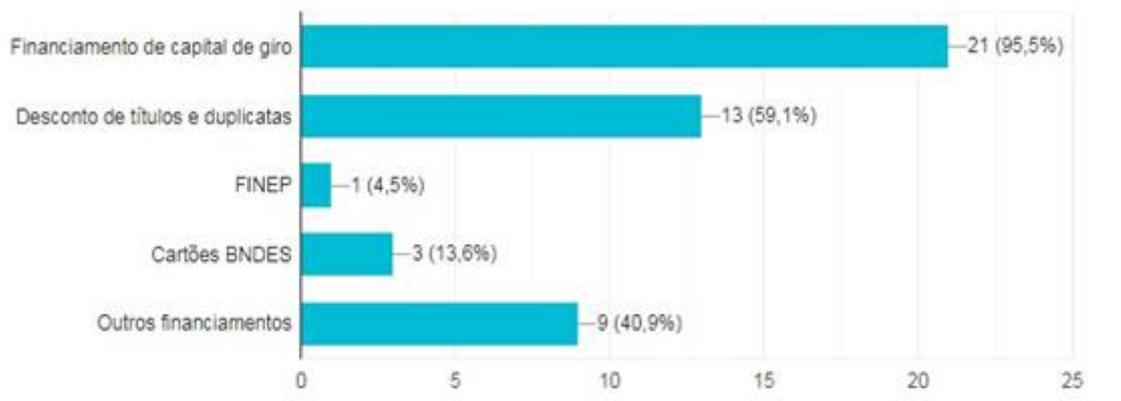
A primeira pergunta sobre qual é a função ocupada pelo entrevistado, as 23 respostas obtidas através do questionário apresentam que 47,8% dos entrevistados são gerentes de pessoa jurídica das instituições, os outros respondentes são 30,4% gerente geral e 21,7% analista de crédito.

Diante dos dados acima, percebe-se que os funcionários das instituições estão no cargo em sua maioria 39,1% entre 5 e 10 anos, como também, 60,9% possuem especialização,

enquanto 21,7% possuem ensino superior completo e apenas 8,7% não concluíram o ensino superior.

O Gráfico 1, apresenta o resultado no tocante ao questionamento acerca das modalidades de crédito com maior procura pelas pessoas jurídicas.

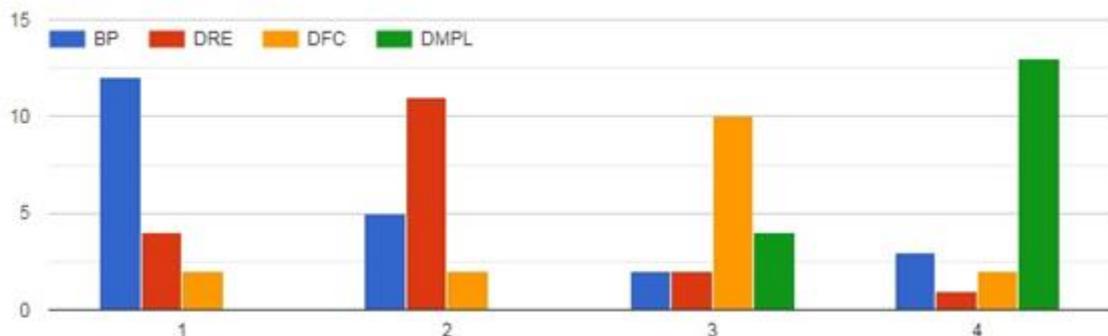
Gráfico 1 – Modalidades de crédito com maior procura – PJ



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Gráfico 1 apresenta as respostas obtidas sobre as modalidades de crédito com maior procura pelas pessoas jurídicas. Percebe-se que os financiamentos de capital de giro são os mais procurados pelas pessoas jurídicas, correspondendo a 95,5%, em segundo lugar, aparecem os descontos de títulos e duplicatas, posteriormente, a FINEP com 4,5% é outra modalidade com boa procura, segundo os participantes, cartões BNDES aparecem em penúltimo lugar, com 13,6%. Outros financiamentos correspondem a uma alta porcentagem, com 40,9% entre as modalidades de crédito com maior procura pelas pessoas jurídicas segundo os participantes desta pesquisa.

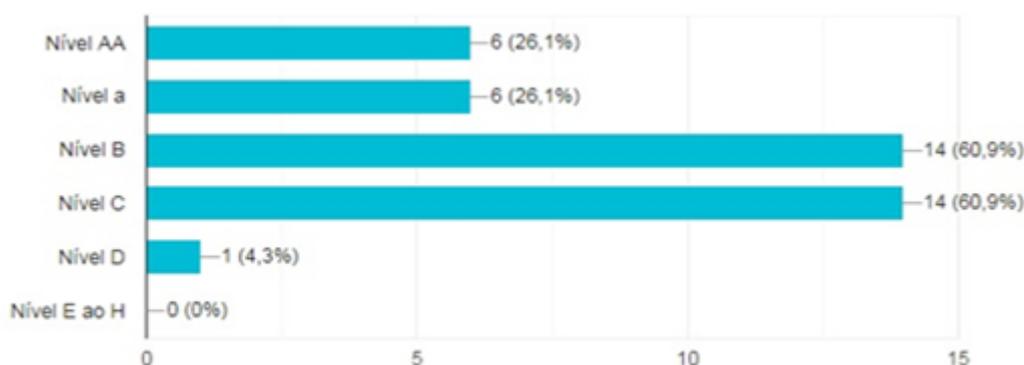
O Gráfico 2 apresenta as respostas sobre o grau de importância das demonstrações financeiras para a análise e concessão de crédito para as pessoas jurídicas. Sendo 4 muito ruim e 1 muito bom.

Gráfico 2 – Análise das demonstrações financeiras

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com os participantes da pesquisa, as demonstrações financeiras, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido aparecem em destaque no grau de importância das demonstrações financeiras para a análise e concessão de crédito para as pessoas jurídicas. Contudo, é importante destacar a Demonstração de Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa como sendo primordial para a análise e concessão do crédito pelas instituições pesquisadas de acordo com os participantes da pesquisa.

A respeito do grau de risco que as instituições consideram toleráveis para a concessão de crédito para as empresas, as respostas estão no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Grau de risco tolerável

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A respeito do Gráfico 3 apresentado, é possível destacar que segundo os participantes da pesquisa, as instituições financeiras consideram em sua maioria consideram os níveis B e C como grau de risco tolerável para a concessão de crédito para as empresas. Diante disso, percebe-se que as instituições financeiras estudadas consideram um alto grau de risco na concessão de crédito para as pessoas jurídicas, contudo, as instituições financeiras

pesquisadas através dos participantes, responderam que costumam em sua maioria 95,5%, utilizar outros meios para a validação das informações, como por exemplo: visita a empresa, conforme demonstra o Gráfico 4.

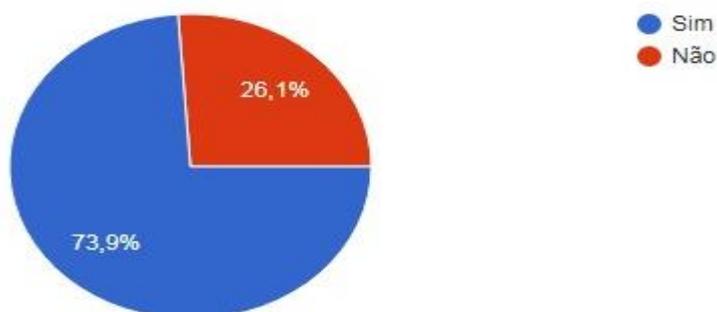
Gráfico 4 – Outros meios para a validação das informações



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Além disso, de acordo com o as perguntas realizadas, é possível verificar que as instituições financeiras avaliam as condições financeiras e técnicas dos gestores pessoas jurídicas responsáveis na hora de liberar algum crédito. De acordo com os participantes, 100% dos bancos e/ou cooperativas realizam esta verificação para a liberação de crédito.

Gráfico 5– Restrição do gestor nos órgãos de controle



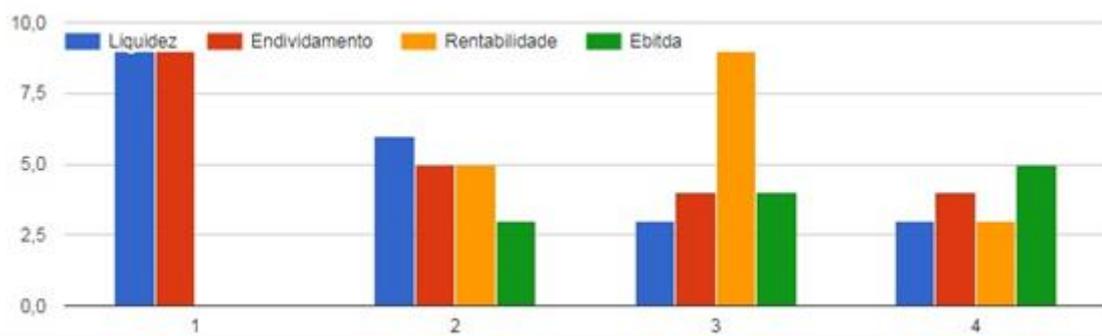
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Gráfico 5 apresenta outra informação importante, pois de acordo com os participantes, 73,9% das instituições financeiras restringem o crédito para as empresas nas quais seu gestor responsável possui restrição junto ao SERASA/SPC/SCR.

No entanto, é possível verificar que 26,1% das instituições segundo os participantes não costumam tomar como base para a concessão do crédito a situação do gestor responsável.

O Gráfico 6, apresentará o grau de importância da liquidez, do endividamento, da rentabilidade, do EBITDA na análise para a concessão de crédito para a pessoa jurídica, sendo 4 muito ruim e 1 muito bom.

Gráfico 6 – Grau de importância



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Através das respostas dos participantes desta pesquisa, percebe-se que a liquidez e o endividamento são índices levados em consideração para a análise e concessão de crédito às empresas, destaca-se ainda a rentabilidade como um fator a ser levado em consideração pelas instituições financeiras de acordo com os participantes da pesquisa.

5 CONCLUSÃO

O objetivo da presente pesquisa foi destacar quais os fatores determinantes da evidenciação das demonstrações contábeis utilizadas pelas instituições financeiras na análise e concessão de crédito bancário. Para dar conta de responder esta pergunta que norteou a pesquisa, buscou-se por meio de questionário e entrevista evidências que auxiliaram na descrição destes fatores.

A partir das informações obtidas foi possível concluir que a análise e concessão de um crédito bancário para pessoa jurídica é em grande parte baseada na saúde financeira das empresas tomadoras de crédito, sendo assim, as demonstrações contábeis e os índices que calculam o potencial de pagamento destes tomadores são fatores determinantes para essa análise.

Pode-se observar através do questionário respondido e da entrevista feita com gerentes pessoas jurídicas e analistas de instituições privadas e cooperativas de crédito, que mesmo sendo solicitadas todas as demonstrações possíveis a DRE e a DFC tem uma importância maior pois são demonstrações que mostram se a empresa tem potencial de lucrar ou se tem dinheiro o suficiente para quitar a dívida.

Acerca das modalidades de crédito que as instituições trabalham, as respostas demonstraram as diversas modalidades de crédito oferecidas pelas instituições, tais como: Capital de giro com garantia Aval ou de recebíveis, CDC veículos, CDC máquinas, BNDES e também Consórcio sobre as informações solicitadas ao cliente para a verificação se os mesmos são ou não elegíveis ao crédito, as respostas demonstraram a quantidade de análises e conferências realizadas por ambas instituições financeiras. O critério de análise de crédito leva em consideração o porte da empresa e o patrimônio da mesma.

Sobre o grau de risco que a instituição considera possível liberar crédito, para um credor que já tenha demonstrado fragilidade financeira. As demonstrações contábeis também são utilizadas para análise, pois de acordo com os gerentes das instituições financeiras, as demonstrações contábeis desempenham um importante papel na concessão de crédito, sendo analisado: o balanço e DRE, o fluxo de caixa e balancete.

Os participantes destacaram ainda a respeito do grau de risco que as instituições consideram toleráveis para a concessão de crédito para as empresas, sendo que as instituições financeiras consideram em sua maioria os níveis B e C como grau de risco tolerável para a concessão de crédito para as empresas.

Além das demonstrações contábeis outros fatores foram citados como importantes no crédito como visita dos credores as empresas para verificar se as informações das demonstrações são verdadeiras e confiáveis e a situação do socio responsável pela empresa caso ele venha a precisar assumir a dívida.

Resta afirmar que através desta pesquisa foi possível perceber a forma e os critérios que são levados em conta pelas instituições financeiras para a análise e concessão de crédito às pessoas jurídicas. Destaca-se ainda o grau de rigor para a concessão de crédito e as formas de verificação das instituições financeiras. O objetivo da pesquisa foi alcançado e foi de grande valia para o conhecimento referente ao assunto.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BLATT, Adriano. **Elementos fundamentais na concessão de crédito, 2000**. Disponível em: <<http://www.equifax.com.br>>. Acesso em maio de 2020.

BRASIL, **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em maio de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.**
DMITRUK, Hilda Beatriz. **Cadernos metodológicos: Diretrizes do trabalho científico**. 8. Ed. Chapecó: Argos, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paul: Atlas, 1991.

HERNÁNDEZ, Roberto Sampieri. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. trad. rev. Porto Alegre: Penso, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de [et. al.]; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: (aplicável às demais sociedades)**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2005.

MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006, 4ª edição.

_____. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MISHKIN, Frederic S. **Moedas, bancos e mercados financeiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, n.36, p. 7-20, 2004.

RECH, Daniel. **Cooperativas uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: Fase, 1995.

RIBEIRO, Osni Moura. **Demonstrações financeiras mudanças na lei das sociedades por ações: como era e como ficou**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SÁ, A. Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2008.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Crédito: análise, concessão e gestão de riscos**. Rio de Janeiro: Tama, [1994]. 219 p.

SANTOS, J. O. dos. **Análise de Crédito: Empresas, Pessoas Físicas, Agronegócio e Pecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2010, 2ª edição.

XAVIER FILHO, J. L. J. **Ciências contábeis: uma ciência social aplicada?** Garanhuns, PE, 2006. Disponível em: <<https://www.pdf4free.com>>. Acesso em junho de 2020.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Sociedades cooperativas: resumo prático**. 5.ed. Curitiba: Juruá, 2005.